

Ata da 27ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 05 dias de junho de 2018, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a vigésima sétima reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Estacionamento no Espaço Cultural da Barroquinha; Identificação de Conselheiros/as para possibilitar o trânsito em órgãos municipais; Audiências Públicas de revisão da Lei Orgânica do Município (LOM) que estão sendo realizadas Câmara Municipal; Eleição Suplementar para o território de Valéria e segmento Circo; Encontro de Mobilização Territorial / Período Eleitoral; Avaliação do edital Arte Todo Dia; Participação da Sra. Ana Maria Souza, da Quadrilha Mirim Forró do Luar de Massaranduba; Apresentação de Kátia Costa, Consultora para a elaboração do Plano Municipal de Cultura; 2) Apresentação da proposta de calendário geral de reuniões entre a Comissão de Acompanhamento do Plano Municipal de Cultura e a Consultora Kátia Costa; 3) Definição de pontos a serem abordados no diálogo entre o CMPC e a SALTUR sobre a política de eventos do órgão; 4) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Beatriz Loureiro Cerqueira Lima (FMLF); Eliaide Matos Cardoso (Cabula/Tancredo Neves); Elias Pereira dos Santos (Culturas Identitárias e Inclusivas); Elismar Carvalho Lima (Audiovisual); Etenoel Santos da Cruz (Cultura Popular); Evandro Ramos dos Santos (Cidade Baixa); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Ian Mariani de Oliveira (DGPB); Isabela Fernanda Azevedo Silveira (Teatro); Jadson Santos do Nascimento (Cajazeiras); Joelice Ramos Braga (SMED); José Carlos Assunção Novaes (Literatura); Leonardo França de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Lucilene Ferreira Santos (Liberdade/São Caetano); Marcos Luís Silva Argolo (Música); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Rodrigo Cavalcanti (SALTUR); Salete Batista Araújo Silva (Centro/Brotas) e Washington Luiz Lopes (Barra/Pituba). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Ivam da Silva Almeida (Subúrbio/Ilhas); Cristian Cardoso de Souza (SECULT) e Emanuel Oliveira Costa (Dança) na condição de titulares; José Marcelo Rios (Música); Isa Maria Faria Trigo (Cabula / Tancredo Neves) e Daniele Pereira Canedo (Barra/Pituba). Os servidores da FGM que compareceram à reunião foram Viviane Ramos, Plutarco Drummond e Rebeca Caldas. O Presidente iniciou a reunião e passou a palavra para a Assessora Estratégica de Gestão da FGM, Viviane Ramos, para iniciar os informes. Em relação ao estacionamento no Espaço Cultural da Barroquinha, a Assessora salientou que o local não possui muitas vagas, portanto os Conselheiros devem avisar com antecedência quando precisarem estacionar. Além disso, pediu que os Conselheiros atentassem para não estacionar de forma que impossibilitasse a saída de outros carros. Em seguida, Viviane Ramos informou que entrou em contato com a Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), que não identificou nenhuma forma que já seja utilizada para

a identificação de conselheiros referentes a outros conselhos municipais, mas assegurou que a FGM continuaria na tentativa de verificar uma forma de identificar os Conselheiros de Cultura. Isa Trigo sugeriu que fosse confeccionada uma carta ou algo similar que o Conselheiro possa carregar consigo e apresentar quando necessário. Informou ainda estavam acontecendo audiências públicas para a revisão da Lei Orgânica do Município e destacou a importância de os Conselheiros participarem desses encontros, levando proposições que poderiam ser acrescentadas ao documento. Depois, o técnico Plutarco Drummond informou que o processo da Eleição Suplementar do CMPC estava ocorrendo dentro do prazo e que no dia 25 de maio foi realizado o Encontro de Mobilização na Prefeitura-Bairro de Valéria, que foi um sucesso. Disse que ao todo nove candidatos se cadastraram e que os dias de votação seriam entre 11 e 13 de junho. Viviane Ramos informou que naquele dia (5) de manhã foi realizada a primeira reunião de alinhamento para avaliação dos projetos habilitados no Edital arte todo dia e lembrou que o Presidente Etenoel Cruz é o Conselheiro que fiscalizará os trabalhos da comissão. Dando continuidade, a Assessora da FGM informou que o processo de contratação da Consultora Kátia Costa para a elaboração do Plano Municipal de Cultura havia retornado da Procuradoria Geral do Município (PGMS) com um pedido de esclarecimento. Por conta disso, não foi possível iniciar os trabalhos da Consultora com o Conselho, no entanto a FGM iria responder à PGMS. Solicitou que o ponto de pauta fosse ser mantido na próxima reunião, caso o andamento do processo fosse finalizado com sucesso. Ana Maria Souza, representante da Quadrilha Mirim Forró do Luar de Massaranduba, registrou a escassez de quadrilhas na cidade e apresentou o projeto em que trabalha, que, além da apresentação das quadrilhas durante o São João, também contempla o resgate do campo de futebol e de grupo de percussão, mas eles não têm o principal, que é a verba. Disse que eles captam recursos com rifas, festas e feijoadas para manter o trabalho social, e que se eles não atraírem os meninos, o tráfico vai pegar. Informou que a quadrilha é vinculada à Federação Baiana de Quadrilhas Juninas (Febaq), mas depende de vários órgãos para ajudar, e que por ser uma quadrilha voltada para as crianças, o grupo sempre sobra, visto que não tem visibilidade e os vereadores não apoiam porque criança não vota, e se esquecem que eles se tornarão adolescentes e adultos e têm que ser resgatados logo na infância. Expressou interesse em saber da FGM como ela pode ajudar. Fernando Guerreiro respondeu que foi convidado pela TV Bahia para participar do júri do Festival de Quadrilhas Juninas que aconteceu no domingo anterior ao dia da reunião em Cajazeiras. Declarou que foi uma experiência muito boa para ele como gestor porque ele pôde observar um movimento cultural fortíssimo que ele estava afastado durante muito tempo porque não estava acompanhando como ele tem crescido, principalmente a qualidade do que foi apresentado o surpreendeu positivamente. Disse que ficou assombrado com a organização do evento, que foi organizadíssimo. Comprometeu-se a puxar uma discussão com o Estado porque existem quadrilhas que são de outros municípios e de Salvador, então o trabalho tem que ser feito conjuntamente. Lembrou que o edital Arte Todo Dia tem um item voltado às manifestações dos bairros e outro item relacionado às manifestações calendarizadas, portanto nesse caso não será preciso vereador,

e não há restrição às crianças, se o projeto for bom, ele será absorvido, logo esse pode ser um caminho interessante para a quadrilha que ela representa. Ressaltou que neste ano avançou-se bastante com o Samba Junino e declarou acreditar que também poderá puxar um olhar específico sobre a questão das quadrilhas na cidade. Destacou que o nome “quadrilha” agora pode ter significado dúbio, devido a sua utilização no contexto de criminalidade, mas destacou que a manifestação é legítima, impressionante e envolve muita gente. Disse que o que mais o surpreendeu foi a garra como as pessoas se apresentam e destacou que se trata de um trabalho nordestino. Ana Souza destacou ainda que o trabalho movimenta o próprio bairro, pois conta com a atuação de figurinistas, músicos e todo recurso humano que são do local, podendo significar uma fonte de renda. Informou que maioria dos meninos que não dança mais na quadrilha por causa da idade participa das quadrilhas de adultos, como a da Capelinha. Ana Souza veio acompanhada de uma amiga chamada Marli, que disse acompanhar o trabalho de Ana Souza há muitos anos e denominou-a de quadrilheira nata e conceituou quadrilha nata como aquela que se banca sozinha. Disse que se deixarem as quadrilhas mirins acabarem, vão acabar as adultas. Declarou-se quadrilheira e disse que neste ano resolveu apenas ajudar, e que a filha também participa de quadrilhas. Disse que a quadrilha adulta gasta muito dinheiro e que a mirim não pode ficar na sombra da quadrilha adulta porque as donas das quadrilhas mirins estão se desfazendo delas por causa do custo, visto que falta incentivo. Ana Souza disse que estava com as fotos nas mãos para quem quisesse ver. O Presidente agradeceu a participação da representante e considerou o trabalho dela muito valioso. Isabela Silveira se declarou ativista da cultura da infância e declarou que as crianças não são cidadãos do futuro, mas do presente. Disse que existe a possibilidade clara de inserção na vida cultural, na vida política e cidadã, formando-as desde a infância para um futuro cidadão mais completo. Ressaltou que a percepção precisa avançar e os Conselheiros, que estão em um ambiente privilegiado de reflexão, precisam entender que a vivência de que “criança não vota” é estreitíssima porque os estudos dizem que cada criança está ligada diretamente a pelo menos quatro adultos da sua rede de afeto, portanto as crianças são mobilizadoras de hábitos de toda natureza para esses adultos. Portanto, se é possível atingir as crianças, consegue-se mobilizar novos hábitos nos adultos de hoje, no presente. Defendeu que é preciso pensar em algo estruturante porque transversaliza por todas as minorias, perfis, partidos e a invisibilidade da infância é uma realidade porque as crianças em geral não estão nos ambientes em que podem se colocar de verdade, nem têm alguém que leve essa voz, tem-se sempre alguém fazendo ou trazendo o pleito das minoria específicas, mas da infância não, ela não se representa. Emanuel Costa disse que foi interessante levar o informe sobre as quadrilhas juninas para a reunião, disse que é morador de Cajazeiras e fez uma visita na residência de Ana Souza e ela contou-lhe que as quadrilhas mirins estão entrando em extinção, o que o deixou preocupado porque se trata do futuro e ressaltou a importância de se dar mais atenção para as crianças. Disse ainda que Ana Souza havia afirmado que ela é a única que está permanecendo com o trabalho, está resistindo. Agradeceu o espaço para essa discussão. Viviane Ramos informou que o Espaço Cultural da Barroquinha

ficaria sem guarda municipal e a equipe que trabalha no local ficaria até às 18h30, logo quem tivesse carro estacionado lá deveria tirar até o horário mencionado. Em seguida, a Assessora Estratégica de Gestão explicou que a consultora para a elaboração do Plano Municipal de Cultura vai ser contratada por inexigibilidade de licitação, portanto é necessário passar pelas etapas de instrução do processo e em seguida submetê-lo ao parecer da Assessoria Jurídica da FGM e da Procuradoria Geral do Município (PGMS). Ela informou que, após enviar o processo para a PGMS, ele retornou porque ainda precisa anexar alguns documentos e fazer uma justificativa. Assim, por ainda não ter o processo de contratação formalizado ainda naquele dia, foi mais prudente que se adiasse um pouco o ponto de pauta de apresentação da consultora Kátia Costa, deixando para a próxima reunião, se todo processo já estiver finalizado. Fernando Guerreiro complementou dizendo que a Prefeitura que ele encontrou em 2013 não tinha nenhuma jurisprudência na área cultural porque não existia política cultural, ou seja, cada novo passo que a gestão da FGM dá é complicado, e não é culpa da Procuradoria, mas é porque tudo é novo. Ele disse que isso é para evitar que o processo seja interrompido no meio ou a FGM seja processada ou o plano fique comprometido. Acrescentou que a Advogada da FGM tem o total apoio dele em ser “cri-cri” ao máximo, e até hoje nenhum edital da FGM foi interrompido, embargado, nenhum prêmio deixou de ser pago, nunca houve atraso de nenhum pagamento justamente porque a equipe tem o critério de só liberar as coisas quando elas estiverem cem por cento resolvidas para evitar que se volte atrás. Como esse é o primeiro Plano Municipal de Cultura elaborado na Administração Municipal, ele ainda está na fase do vaivém. Evandro Ramos perguntou se existe alguma informação do que se pode esperar do encontro com a consultora, os pontos a serem discutidos e as atividades a serem realizadas para que os Conselheiros possam se preparar em relação ao que vai acontecer. Viviane Ramos respondeu que já há algumas atividades estabelecidas, a agenda já estava pronta e estava previsto que entre os meses de junho e dezembro fossem realizadas algumas oficinas e alguns momentos de interação entre a Consultoria, a comissão de acompanhamento do plano e também com o Conselho. Logo, em alguns momentos será necessária a maior disponibilidade de tempo tanto da comissão quanto do Conselho para ajudar na construção do plano e em contato com a Consultoria e com a FGM também. O Presidente do CMPC, Etenoel Santos passou para o ponto de definição de pontos a serem abordados no diálogo entre o CMPC e a SALTUR sobre a política de eventos do órgão, e disse que iria iniciar falando enquanto produtor e Presidente do CMPC. Informou ter conhecido a política da SALTUR entre 2014 e 2015, quando esteve juntamente com Fernando Guerreiro e Ivam Almeida no órgão para a realização do Dia Municipal e Nacional do Reggae. Ressaltou que houve uma sensibilização da FGM e da SALTUR de entenderem que existia uma demanda muito grande na cidade sobre o dia e não existia verba para contemplar todos os coletivos, visto que cada um tinha um projeto. Assim, foi proposto em mesa com a participação de todos os coletivos envolvidos que se apresentasse um projeto único que contemplasse um pouco da diversidade da cidade e do segmento, então surgiu o projeto Salvador Cidade Reggae, sendo que Rodrigo Cavalcanti foi o responsável pela criação da identidade visual. O

projeto aconteceu no Espaço Cultural da Barroquinha e dali surgiu verdadeira simpatia com os órgãos que dialogaram perfeitamente no entendimento de criar políticas públicas para uma demanda pública. O Presidente disse que em 2017 não foi possível realizar o evento por conta do contexto do *impeachment*, mas os grupos tiveram a garantia do Presidente da SALTUR, Isaac Edington e do então Chefe de Gabinete do Prefeito, João Roma, de que em 2018 seria diferente. No entanto, eles sentiram que houve um atraso dessa política. Ponderou que se existia mais um coletivo, tinham que ser contemplados todos os quatro. Se não existissem recursos para os quatro, deveria ser realizada reunião dialogando com todos os coletivos para definir a distribuição dos recursos. Disse a Rodrigo Cavalcanti que o CMPC necessita se reunir com Isaac Edington, sendo também importante inserir a SECULT no diálogo. Declarou entender a demanda de eventos na cidade voltados ao turismo que a SALTUR tem, mas Salvador também tem uma indústria cultural e é muito importante o envolvimento dos dois órgãos municipais. Defendeu que nesse momento em que estavam em entressafra de eventos de calendário de eventos públicos, era a hora de Isaac Edington sentar com o Conselho, entender a demanda que tem e não andar para trás, mas para frente. Pediu a Rodrigo Cavalcanti que levasse a demanda a Isaac Edington. Rodrigo Cavalcanti respondeu que vai propor a pauta a Isaac Edington e sugeriu a Fernando Guerreiro que participasse também da conversa com a FGM e a SECULT, que deve ser feita no Gabinete do Presidente da SALTUR. Disse também que a SALTUR precisa muito ser provocada em relação a eventos, houve a provocação para a realização do evento Salvador Cidade Reggae em 2016, que seria inserida no calendário oficial de eventos dentro da proposta de promoção turística. Reforçou que os órgãos públicos precisam ser provocados e que o Conselho era o ambiente para a provocação. Retomou uma fala que fez na composição anterior do CMPC de que o momento mais rico da reunião eram os informes, quando se dá a fala para representantes da sociedade civil, sendo que os Conselheiros passam a conhecer dentro de cada território todos os projetos que existem e é por isso que existe a demanda do mapeamento cultural, que visa trazer o reconhecimento, fazer o raio x de fato. Cristian Cardoso complementou a fala de Rodrigo Cavalcanti e fez um paralelo entre o CMPC e o Conselho Municipal do Turismo (COMTUR), visto que faz parte dos dois órgãos. Ressaltou que a questão do demandar não de forma individual, mas coletiva, tendo aquele fórum como demandador tem legitimidade, caneta para fazer e isso é saber usar o Conselho. Sugeriu que fosse(m) criada(s) comissão(ões) interna(s) que legitime(m) uma pauta a ser solicitada e apresente um projeto fundamentado pelo Conselho e não mais de forma individual ou expressando a necessidade de um território ou expressão cultural. Declarou que a primeira gestão do CMPC foi um aprendizado e na segunda gestão tem-se a oportunidade de avançar de uma forma criativa. Lembrou que a provocação do Samba Junino foi feita pelo CMPC e ela foi executada. Justificou que fez a comparação com o Turismo de imediato porque no Conselho do Turismo as coisas estão sendo trabalhadas dessa forma. Cria-se uma comissão que discute um possível projeto de lei, como regulamentar aplicativos de transporte, a exemplo o Uber, para ser levado ao Executivo e isso é responsabilidade do órgão colegiado. Ou seja, não é o Prefeito que

decide legislar em função do Município, mas é o COMTUR que está fazendo a proposta. Acrescentou ainda que o Conselho do Turismo possui representantes de entidades relacionadas a cinquenta e seis estruturas econômicas dentro do Turismo, contemplando desde bares e restaurantes, hotéis até locação de veículos, agências de viagens, entre outras atividades econômicas, e isso dá legitimidade. José Marcelo Rios disse que uma vez recebeu um convite para fazer parte da Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado e talvez fosse interessante que esse diálogo também fosse alinhado junto com a equipe de Desenvolvimento Econômico porque toda a rede de Turismo sofre impactos de políticas de desenvolvimento. Sugeriu que houvesse maior alinhamento sobre a indústria hoteleira, por exemplo, de que forma podem-se conjugar políticas de desenvolvimento econômico junto com Turismo e Cultura e fazer esses projetos que são financiados por verba pública se tornarem autônomos economicamente, “andar com as próprias pernas” e em seguida se liberaria verba pública para fomentar outros projetos de outras áreas. Isa Trigo disse que a fala de Rodrigo Cavalcanti dava uma luz com propostas concretas. Destacou que o Conselho precisa fazer essas sinergias rapidamente com delicadeza, eficácia e elegância porque na hora que se senta com um gestor da Secretaria de Turismo, entende como aquilo está funcionando e faz uma proposição, até mesmo coisas simples como passar para eles a agenda de músicos e artistas que têm nos bairros. Argumentou que é necessário chegar junto dos gestores, entender como eles funcionam e fazer propostas que beneficiem os agentes de cultura, artistas, produtores e atores. Defendeu que a Cultura é guerrilha, saber por onde entra, então é indispensável que o Conselho chegue junto da SALTUR porque é onde está o dinheiro. Afirmou que o Conselho pode se organizar e conversar com os gestores, passando para eles a abertura de outras alternativas. Sugeriu que naquela reunião se manifestasse quem estivesse interessado a olhar como funciona a estrutura da SALTUR e criar minigrupos formados por três pessoas para conversarem sobre o assunto e se encaminharem em relação a isso. Jadson Nascimento solicitou a Rodrigo Cavalcanti um esclarecimento de uma reclamação geral e que poderia ser levada ao Conselho, que é o pagamento do cachê dos artistas e dos músicos que se apresentam no Carnaval de Salvador, sendo que muitos ainda não haviam recebido até aquele momento, e as pessoas ficam sem saber como isso funciona na verdade. Perguntou a Rodrigo Cavalcanti como o CMPC pode ajudar nessa questão e pediu que ele como agente da SALTUR desse um norte para que os Conselheiros possam somar junto com os artistas que andam cobrando a eles, visto que os artistas entendem que como Conselheiros estão próximos disso e as perguntas sobre pagamento são inúmeras, já que ele lida com músicos e artistas o tempo inteiro, sendo que eles tocam no Carnaval e recebem em setembro e outubro. Disse que gostaria de entender a logística e como a SALTUR entende isso, como os contratos poderiam ser cumpridos num prazo mais breve. Rodrigo Cavalcanti respondeu que a SALTUR tem a Gerência Administrativa Financeira que é responsável por esse fluxo, mas hoje boa parte do calendário de eventos da SALTUR, que é o calendário oficial da cidade, é realizado com dinheiro privado. Explicou que a SALTUR tem uma área específica de captação de patrocínio, e cervejarias, bancos, tudo que as pessoas veem associadas aos

eventos, e pontualmente em algumas situações a SALTUR tem uma demora de receber o dinheiro. Pontuou o que está acontecendo exatamente com o Carnaval. Explicou que a Caixa Econômica é um órgão federal e manifestou a complexidade de se prestar contas de um Carnaval, ainda mais num período de Lava Jato e de tudo o que estava acontecendo. Disse que duas semanas semana antes à reunião a SALTUR produziu um relatório de 380 páginas glosado por causa da ausência de duas inserções de marca em um tapume na Avenida Carlos Gomes. Afirmou que a equipe do banco é extremamente rigorosa e isso tem feito com que a empresa de turismo deixe de receber a parcela do Carnaval referente ao órgão. Rodrigo Cavalcanti informou que a SALTUR já corrigiu e toda prestação de contas já foi enviada para Brasília e até nos quinze dias seguintes a SALTUR vai receber esse recurso para repassá-lo como pagamento porque não são recursos do Tesouro. Declarou que talvez uma coisa que o Prefeito mais tem repetido desde o início da gestão é a possibilidade de realizar eventos sem investir dinheiro do Tesouro, assim a empresa de turismo usa dinheiro da iniciativa privada para custear as festas. Declarou que essa é uma situação pontual em relação ao Carnaval que o órgão municipal estava passando, mas que com certeza seria resolvida em breve. Leonardo França retomou o questionamento que Isabela Silveira levantou na reunião anterior sobre a realização do show de Ivete Sangalo no aniversário da cidade e destacou que a Prefeitura disse não ter colocado verba, mas colocou o efetivo para trabalhar. Disse que os questionamentos deles são outros, e citou a ligação do Legislativo com as festas e nos carnavais dos bairros, sendo que os vereadores ainda são os proponentes dos palcos. Destacou que as festas de São João dos bairros são tão vinculadas ao Legislativo, que são emendas de vereadores ou recursos da Cultura, visto que nos materiais de divulgação ficam dispostos o nome da SALTUR e do vereador juntos. Ressaltou que o vereador manda no palco e diz quem vai trabalhar e parece ainda existir uma moeda de troca. Disse que questiona muito isso junto à SALTUR, e que se pegasse cards de divulgação de qualquer bairro, neles estaria o nome de um vereador. Afirmou que no bairro dele o vereador é Odiosvaldo Vagas o “cara” que está propondo o São João, aparece como apoio, mas a comunidade sabe que ele é quem vai fazer o São João. Retomou a fala de Rodrigo Cavalcanti sobre o calendário oficial e disse que iria levar ao Conselho uma pauta que estão brigando em Itapuã, que é a Lavagem de Itapuã, centenária, e há dois anos não consegue verba da SALTUR por uma questão política partidária e não de política pública. Ressaltou que o CMPC tem que discutir esse assunto, pois o que está no calendário da cidade é responsabilidade do Município, que tem deixado isso solto porque aporta dinheiro para a Lavagem do Bonfim e para a Lavagem do Rio Vermelho e não aportou para a Lavagem de Itapuã. Defendeu que o que tem que ser acordado para um tem que ser acordado para todos porque está dentro do calendário oficial das festividades da cidade. O Presidente lembrou que a reunião terminaria às 18h30 e faltavam apenas cinco minutos para o término. Sugeriu dar um tempo para quem precisasse pegar o carro e perguntou quem havia colocado o carro no Espaço Cultural da Barroquinha, apenas dois Conselheiros haviam feito. Aconselhou que tirassem o automóvel e o pleno concordou que a reunião seguisse adiante. Lucilene Santos aproveitou a fala de Leonardo

França em relação às festas dos bairros e disse que isso acontece no bairro em que ela mora, que é a Liberdade. Informou que tem um grupo junino para se apresentar nas festas de São João e um grupo de samba, mas não pode se apresentar no palco porque a Prefeitura já tem uma programação, o palco já tem as pessoas que comandam e eles moram no local mas têm que passar direto do palco, não existe apoio da Prefeitura às pessoas que trabalham com projetos culturais. Rodrigo Cavalcanti respondeu que a SALTUR não tem nenhum evento de São João neste ano. Em relação ao Carnaval, os palcos são projetos apresentados e levados para a SALTUR e protocolados, que são analisados e vão para os carnavais nos bairros. Quando é aberto no período do Carnaval, as pessoas levam seus projetos para se apresentarem nos palcos. O Presidente disse que existe um edital do Conselho Municipal do Carnaval e Festas Populares (COMCAR) que publicita o edital e artistas independentes, bandas, carreiras solo, orquestras se inscrevem e até propõem projetos, portanto não é a SALTUR que demanda esse edital, mas o COMCAR. Rodrigo Cavalcanti lembrou que na composição anterior do CMPC foi discutida a interface entre o CMPC e o COMCAR porque qualquer proposta feita para o Carnaval é feita ao COMCAR. Explicou que a SALTUR pega a pauta do COMCAR de projetos aprovados e pauta os palcos. A empresa paga estrutura, cachê, mas ela não faz a avaliação, e sim o COMCAR, e defendeu que deve haver uma comunicação entre os dois conselhos. Respondeu a Leonardo França que Itapuã teve patrocínio oficial neste ano pela SALTUR. Disse que agora o mais difícil nas festas populares como um todo é identificar quais são os grupos que fazem a articulação dentro das festas. Explicou que cada festa hoje em dia tem um grupo que é mais forte e faz a articulação, e houve o patrocínio. Informou ainda que o show de Ivete Sangalo na festa do aniversário da cidade foi cem por cento privada e não houve nenhum investimento do dinheiro público, sendo que a Schin pagou cem por cento do cachê da artista e pagou a Prefeitura por todos os serviços públicos que foram disponibilizados no dia, inclusive a Polícia Militar, que recebeu quarenta e dois mil reais e a taxa dos bombeiros que custou nove mil reais, todos foram pagos pela Heineken Brasil. O trio elétrico e os músicos foram contratados por ela, bem como todo material de comunicação visual. Acrescentou que podia dizer que sobrou dinheiro do evento para a Prefeitura, que custeia outros eventos. Explicou que a captação de patrocínio funciona dessa forma – tem-se uma propriedade, que no caso foi a volta de Ivete Sangalo aos shows, e foi feita uma proposta pela Heineken para que fosse feito no trio elétrico, da forma que foi feito. A empresa acertou a conta da Prefeitura, da Polícia Militar e dos Bombeiros e fez um evento que para ela teve um retorno de imagem substancial. Em seguida, o Presidente ressaltou que o COMCAR também é responsável pelas festas populares, sendo que algumas delas não passam pela SALTUR, a empresa coloca a verba, e que naquele momento ele estava falando como produtor. Explicou que é necessário propor o projeto e exemplificou a Lavagem de Plataforma, que é um cortejo cultural, e o Caldeirão Cultural, um evento que comemora a reabertura do teatro promovido pelo Fórum Cultural do Subúrbio, que está sendo feito sem patrocínio porque existe um conflito entre o Estado e o Município, e o evento está sendo realizado com o apoio da comunidade. Informou que o fórum protocolou um ofício pedindo suspensão de taxas

públicas de sonorização, que foi enviada muito em cima do prazo e eles irão repensar o que irão fazer. Ressaltou que em algumas festas tem-se que saber como e quem propor, e que há festas que estão a cargo do COMCAR e não da SALTUR, disse isso porque é produtor e que tem os mesmos conflitos de Leonardo França. Este tentou esclarecer a pergunta e disse que a verba é da SALTUR, não é emenda do vereador, mas o nome do vereador aparece lá e ele indica o coordenador do palco do carnaval, e todo mundo sabe que não é indicado pelo COMCAR, mas pelos vereadores. Destacou que Rodrigo Cavalcanti disse que a SALTUR não cuida do São João, mas há um card circulando em Itapuã com a logomarca da SALTUR e do vereador, e também em outros bairros, como Paripe. Disse ainda que Rodrigo Cavalcanti havia se equivocado ao dizer que a Lavagem de Itapuã recebeu verba, pois ele participa da comissão organizadora, esteve na SALTUR várias vezes, conversou com o Presidente e o Secretário e a resposta que obteve foi a que ele havia dito anteriormente, que a questão lá era política e por isso não se daria verba para a lavagem. Disse a Rodrigo Cavalcanti que se a SALTUR havia dado verba para alguém, ele queria levar para o coletivo, pois a instituição a que pertence está com déficit de trinta mil reais. Rodrigo Cavalcanti respondeu que desde o início da gestão todas as Lavagens de Itapuã foram patrocinadas, perguntou a Leonardo França o nome instituição que ele atua para conferir qual CNPJ recebeu a verba. Leonardo França respondeu que se chama Ame. Rodrigo Cavalcanti respondeu que vai checar e vai e levar o retorno dessa questão específica para a próxima reunião. O Presidente perguntou se a Ame era a instituição dele que protocolou o projeto e não recebeu a verba ou a que recebeu o dinheiro. Leonardo França respondeu que é a instituição protocolou o projeto e não recebeu a verba. Isabela Silveira disse que na percepção dela aquele último momento revelava bem o X da questão, falou que teve participação na gestão pública do Estado, e que tinha algumas ressalvas em relação às ações e políticas da Prefeitura, mas fazia todos os elogios à FGM pela clareza, democratização e acesso, visto que é tudo muito transparente e todos os processos são realmente ilibados. Citou a questão do pagamento em dia e declarou que trabalhou oito anos na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA) e nunca se alcançou uma gerência com tanta eficiência e celeridade nos processos. Disse registrar isso porque é importante ressaltar e que, ainda que ela discorde da gestão municipal, há extrema clareza, que é o que falta à SALTUR. Exemplificou algumas situações, como: após o protocolamento dos projetos, quem decide? Como escolhe? Porque não é só com o COMCAR, a SALTUR desenvolve outras atividades. Retomou o tema do show de Ivete Sangalo no aniversário da cidade e disse que Rodrigo Cavalcanti foi claro na explicação sobre a captação de recursos e perguntou quem colocou isso como demanda, que tivesse a comemoração do aniversário da cidade naquele dia, pois foi uma coisa que sufocou diversos outros pequenos produtores de outros eixos da cadeia produtiva porque a festa teve um porte que engoliu todo mundo. Exemplificou a Companhia Baiana de Patifaria que cancelou o espetáculo pois não conseguiu patrocínio nenhum naquele dia porque ia ficar intransitável. Perguntou quem pediu para se fazer aquele patrocínio e em quais demandas ele estava focado. Afirmou acreditar que internamente existia uma lógica de visibilidade da cidade, de captação de

recursos para a própria cidade e isso é muito legítimo, mas não há uma clareza para os produtores culturais que estão em elos da cadeia produtiva ou em menor porte. Argumentou ainda sobre o tamanho dos recursos, citou a sobra dos recursos e elogiou, dizendo que isso mostra uma competência na gestão dos recursos, coisa que outros governos não têm, registou a competência do administrador. Perguntou em seguida quem vai decidir sobre essa sobra. Declarou que os editais da FGM são nanicos, com valores risíveis, ainda que muito eficientes e com recursos muito bem aplicados. Perguntou novamente quem vai utilizar os recursos que sobraram e como. Opinou que falta um diálogo, troca de conhecimento sobre captação de recursos de um lado porque a FGM é uma autarquia, tem CNPJ próprio, tem autonomia para captação de recursos, uma coisa que as fundações em geral conseguem, é preciso aprender com a SALTUR sobre as captações; e a SALTUR deve aprender com a FGM sobre transparência. Afirmou que a festa de aniversário de Salvador foi uma decisão unilateral, ainda que seja importante, Ivete Sangalo ser incrível, houve demonstração da competência de não ter utilizado dinheiro público, inclusive em relação aos custos transversais, mas precisa-se de clareza. Defendeu que este diálogo é muito efetivo porque na prática ficam dois órgãos fazendo política de Cultura para a cidade de Salvador andando paralelamente com portes, visões e procedimentos que divergem alguns momentos entre si, o que não é necessário, visto que estão com o diálogo aberto, precisam avançar nisso porque o CMPC já está na segunda gestão e é possível construir uma ponte mais efetiva neste sentido de dinheiro e visibilidade. Rodrigo Cavalcanti respondeu que o contrato da Heineken é público, firmado por um órgão público, e que a empresa que propôs à SALTUR trazer Ivete Sangalo de volta, por ser patrocinada pela marca, sendo que o último show dela foi em Salvador no Festival da Virada e a ideia era fazer o primeiro show dela de volta em Salvador. Explicou que o assunto foi colocado na mesa e foi fechado um acordo, sendo que eles tinham que procurar outros órgãos do Estado, como PM e Bombeiros, eles fizeram toda a articulação e depois informaram que estava tudo resolvido com os órgãos estaduais, então sentaram à mesa e a SALTUR resolveu com eles. Afirmou que a proposta não foi pautada pela SALTUR, a empresa municipal não contatou a Schin para patrocinar o show de Ivete Sangalo, mas a empresa de turismo que foi procurada. Rodrigo Cavalcanti disse ainda que eles poderiam ter levado o show para qualquer cidade do Brasil. Afirmou ainda que em termos de promoção turística a SALTUR viu que houve um movimento gigantesco nas redes sociais de turistas que vieram para o evento, e que naquele final de semana houve o dobro da média de ocupações, considerando a sazonalidade de hospedagens. Disse respeitar a cadeia cultural, mas tem outra cadeia do turismo e que eles poderiam fazer o show em qualquer outra cidade, que venderiam cerveja do mesmo jeito. Explicou que não é só a questão de a SALTUR buscar a captação, mas muitas vezes o produto Salvador é atraente por outros motivos para as marcas, e a SALTUR tem tentado ao longo do tempo transformar essa cidade em produto cada vez mais atraente para ações de pequeno, médio ou grande porte. Marcos Argolo retomou a discussão sobre o COMCAR e ratificou que muita coisa não se refere diretamente à SALTUR. Disse que o CMPC precisa confrontar o presidente do Conselho Pedro Costa, que foi para a

reunião do CMPC para dizer que o Carnaval iria ter um milhão de bandas, mas ele tem que falar a verdade do que acontece. Ressaltou que o Conselho precisa investigar mesmo, saber as demandas de dentro do COMCAR. Disse que tem muita coisa para falar a algum representante legal de lá de dentro e que o CMPC precisa convocá-los agora, não na semana do Carnaval ou faltando quinze dias para a festa, quando já está tudo pronto. O Presidente lembrou que havia sido realizada eleição naquele período. Marcos Argolo respondeu que estava sabendo e que foram eleitas as mesmas pessoas e que ele queria conversar sobre isso dentro do CMPC. Disse que isso vai ter que mudar e se no dia que ele for para uma reunião do CMPC o Prefeito estiver presente, ele vai saber a realidade do COMCAR. Disse que a coisa é séria e que ele poderia sair da reunião naquele momento e alguém poderia até “apagá-lo”, mas reforçou que a coisa é muito séria e disse estar disposto a “ir pra cima deles”. O Presidente falou que a questão do COMCAR, da SALTUR e SECULT, tudo o que se vive no Carnaval tem que ser resolvido dentro do COMCAR, mas para isso o CMPC precisa da Câmara de Vereadores, que precisa entender as demandas da cidade. Disse que se Marcos Argolo for no Ministério Público, vai encontrar diversas demandas relacionadas ao COMCAR. Relatou publicamente que existe um processo em tramitação de um artista que se apresentou no Carnaval de 2014, quando uma parte do pagamento aos artistas era feito pela SALTUR e outra pela SECULT-BA, e ainda não foi pago. Declarou que se tratava de coisa muito complexa que não poderia ser resolvida do modo como Marcos Argolo havia proposto. Daniele Canedo observou que o ponto de pauta era a definição de pontos a serem discutidos com a SALTUR, considerou importante que o Conselho discuta o papel do Poder Público enquanto produtor porque o que a Prefeitura faz através da SALTUR com grandes eventos é ser a produtora. Ressaltou que a Prefeitura define a pauta, organiza e realiza festivais, sendo que se tem aí toda uma cadeia de valor gerada e benefícios, cujos impactos devem ser medidos. Argumentou ainda que por outro lado o Conselho precisa pensar o quanto uma Prefeitura que é produtora cultural limita o mercado de produtores culturais independentes, dificulta a atuação de quem vive disso, o quanto é desleal concorrer com a Prefeitura. Relatou que no Observatório de Economia Criativa fizeram um encontro com produtores que discutiam como desistiram de fazer pequenas festas durante o Réveillon porque não dá para competir com aquele festival que a Prefeitura faz na orla da cidade, que dificulta, apaga, sufoca qualquer outra atividade que as pessoas façam e funcionam como sustento. Defendeu que é preciso pensar nisso ainda para o Réveillon deste ano. Perguntou se todos os recursos que existem vão para o festival e se existe a possibilidade de se criar meios de contribuir para o empreendedorismo da economia criativa para que os produtores culturais da cidade continuem fazendo de forma autônoma. Disse ainda que não estava falando de patrocínio nem de repasse de recursos direto da Prefeitura para viabilizar eventos, mas estava se falando o quanto é desleal concorrer com a Prefeitura e com uma rede de relações que a Prefeitura mantém com as mesmas empresas, mesmas produtoras, mesmos fornecedores em geral e mesmos artistas e o quanto isso é desestruturante para a cadeia produtiva da Cultura em Salvador. Ian Mariani disse que absorvendo um pouco do que foi falado por cada um, ele via a

situação atual e partindo do que Fernando Guerreiro havia falado há algum tempo atrás, ponderou que Salvador é uma cidade com potencial cultural tão grande e que até então não havia nenhum tipo de direcionamento objetivo das leis de políticas culturais. Com isso os produtores do meio artístico foram meio que forçados a sobreviver, ainda não se tinha conseguido trabalhar em grupo, cada um só pensa no seu. Declarou que quando alguém vai apresentar um projeto à SALTUR não pensa no coletivo, mas no seu, e isso acaba minando o nível de interlocução com outros movimentos e acaba sempre que as mesmas pessoas conseguem prevalecer e não tem como o Poder Público conhecer a fundo cada movimento de cada bairro, ele tem que ver o que é mais concreto para ele, assim ele acaba absorvendo aquilo que for melhor explanado. Portanto se o Conselho conseguir se organizar a ponto de se conversar e trabalhar em cima dos coletivos, automaticamente o Poder Público vai ter que acatar isso. Retomou o tema da atuação dos vereadores no Carnaval e disse que se for trocar uma lâmpada, cortar uma árvore nos bairros, vai ter um vereador trabalhando lá, explicou que eles vivem disso. Disse ainda que se os Conselheiros têm atuação nos bairros, todos são cidadãos e têm convicções políticas, automaticamente que se o vereador falar, ele vai defender o que é dele e não necessariamente isso é rechaçado pelo Poder Público. Argumentou que aos poucos o olhar está sendo diferenciado e está se começando a ver além do que se via. Explicou que no Carnaval nos bairros já foi proposta uma pulverização que é uma realidade e já levou mais de um milhão de pessoas para os bairros, com participação atuante diretamente das Prefeituras-Bairros. Explicou que respeitando que o COMCAR rege, a SALTUR tem que acatar por ser um órgão deliberativo, mas ainda assim já se abriu possibilidades de discussões para se valorizar e se ampliar um pouco mais as iniciativas dos bairros. Disse que acha que daqui para frente cada vez mais vai ficando evidente a participação das comunidades. Exemplificou o Carnaval de Pau da Lima que só contou com atrações locais porque a comunidade se organizou para mostrar isso. Afirmou que enquanto não se organizar e propor ações de fato não tem como brigar. Disse que é um caminho natural mudar os formatos e valorizar sim e que é claro que a Prefeitura vai valorizar o que vai movimentar a economia do local, defendeu que tudo é diálogo, organização e preparação, capacitação de pessoas que querem levar ao Poder Público a sua ideia, o seu projeto. José Marcelo Rios disse ter uma dúvida, e falou que quando o proponente chega ao Poder Público com um projeto sugerindo um formato com determinados artistas, o valor do cachê desse artista é absurdamente desproporcional em relação ao cachê dos demais artistas que compõem a cena musical da cidade. Relatou que os artistas investem energia ao longo de todo ano, dinheiro do próprio bolso, mobilizam uma rede de contatos enorme que faz a cultura independente de Salvador ser forte há décadas, mas no momento em que chegam as festas de maior visibilidade, toda a rede de artistas independentes que faz com que a cidade funcione culturalmente ao longo de todo ano fica em segundo ou terceiro plano para o favorecimento de artistas que são locais, maravilhosos e têm uma relevância e importância para a Cultura da cidade e estado que é incalculável, mas que são artistas também. Disse que no entendimento dele como representante da área de música, como produtor independente e artista, quando um proponente chega à Prefeitura e

diz que tem X para investir no Réveillon na cidade, mas quando vai trocar isso em miúdos, a verba termina concentrada muitas vezes na mão de poucos prestadores de serviço e toda rede independente fica prejudicada. Afirmou que acredita que o Plano de Cultura da cidade vai resolver esse problema, pois vai possibilitar ao gestor ter um embasamento para dizer que representa a população da cidade, e o projeto apresentado deve ser bom para a cidade no sentido macro. Declarou que o pacto que o Poder Público fez com todos os interessados, patrocinadores, PM, artistas, Bombeiros, etc, não foi pactuado com o público, com a população e a função do CMPC é suprir essa carência. Disse entender que o gestor, pela ausência do plano de Cultura, termina agindo de acordo com as suas políticas, porém daqui em diante considerou interessante que o CMPC abra mais o diálogo com a Câmara, a SALTUR, o COMCAR e todos os órgãos, para que os Conselheiros possam representar cada vez mais a voz da população de forma legítima. Paulo Hermida retomou a fala de Isabela Silveira sobre as duas cadeias de valor que se tem na cidade vinculadas de alguma forma à área cultural. Explicou que se tem uma cadeia mais fortemente vinculada às manifestações culturais com forte impacto no Turismo que tem determinados interesses, e outra cadeia de valor que é mais estritamente cultural, que são os eventos culturais ao longo do ano, e reforçou que o momento importante para discutir esses assuntos será na construção do Plano Municipal de Cultura. Observou que não sabe se a delimitação desses dois espaços é uma coisa simples, pois significaria ter uma política para o evento cultural turístico e uma política para os eventos puramente culturais e evidentemente essas duas políticas têm que estar articuladas. Opinou que a política cultural turística deve gerar recursos para a outra cadeia que é mais puramente cultural por falta de palavra melhor. Lembrou que esse assunto já havia sido discutido na gestão anterior do CMPC e que o Presidente do COMCAR, Pedro Costa, apresentou o órgão em uma reunião do CMPC, “deitou e rolou” e ninguém da Sociedade Civil abriu a boca e ele disse ter ficado impressionado porque pensou que o “bicho ia pegar” naquele dia, mas que foi ledor engano. Sugeriu trabalhar as duas vertentes de maneira organizada e articulada, o que pode ser interessante. Ivam Almeida reforçou que é necessário abrir o diálogo com a SALTUR e defendeu que é necessário desengessar isso, a SALTUR precisa entender que é necessário imergir mais no cenário cultural da cidade. Acrescentou que esse papel não é só da FGM ou pode-se direcionar recursos captados lá para serem gerenciados pela FGM, o que também gera atrativos para o Turismo. Ressaltou que a Cultura é atrativa e rendável e lembrou que existe o Turismo Cultural e Salvador não usa isso. Reforçou que a SALTUR precisa entender as necessidades da Cultura de base e considerar a transversalidade, dialogar com tudo o que está acontecendo. Expressou que está cansado de ver eventos calendarizados na cidade que têm um pacote engessado, não dialogam com a sociedade. Disse entender que o patrocinador já vem com um quantitativo de artistas que são do *casting* de patrocínio, mas é preciso ter um diálogo de avanço para isso, e não apenas aceitar o que vem de lá, mas dialogar para que a proposta cresça e seja efetivo para toda sociedade e não só para a cadeia turística e sim para o cenário cultural como um todo. Isa Trigo apresentou algumas propostas concretas, e disse que é irrecusável receber uma proposta de realização de um show de

Ivete Sangalo com tudo pago pelo patrocinador, mas é possível negociar se a Heineken não quer colocar outra atração, ou seja, esse tipo de coisa precisa ser conversada com o Prefeito. Lembrou que na época em que Waldir Pires ganhou o governo, havia uma música que as pessoas cantavam “já comi, já bebi, agora só falta votar em Waldir”, o que significa que as pessoas iam para os shows dos convidados, gostavam, mas não votavam no candidato que promovia o show. Observou que quem vai para o show de Ivete Sangalo pode ser que não vá votar no Prefeito e ela sabia que isso é de interesse dele. Defendeu que é preciso entender que tem público que está mudando, que vai para o show de Ivete, mas não necessariamente vota na pessoa que colocou Ivete ali, mas em quem ele quiser. Considerou politicamente inteligente que a cadeia dinâmica que sustenta e faz aparecer Ivete, Durval e Gil seja também alimentada de alguma forma porque isso pode dar problema inclusive politicamente. Portanto é preciso conversar com o Prefeito e dizer que negocie a data dos eventos, as atrações, chame uma comissão conjunta composta por membros da SALTUR, CMPC, SECULT e COMCAR para conversar um pouco. Ressaltou que o CMPC é a coisa mais legítima em termos culturais que a sociedade tem para dizer alguma coisa sobre a cultura da cidade. Enumerou que há três políticas paralelas de Cultura, sendo que duas são muito poderosas, sendo que uma é a política do Carnaval, com interesses pesados, a SALTUR que executa a política de Cultura que de alguma forma já está aí dada, e tem-se agora um Conselho emergente. Disse que o CMPC é pequeno e precisa ser inteligente e sugeriu propor uma comissão que comece a dialogar sobre as diretrizes de cada instância e seus procedimentos. Propôs a formação de uma comissão que trabalhe e consiga informações concretas sobre como agilizar e negociar esse tipo de coisa. Lucilene Santos retomou a fala de Paulo Hermida sobre a visita do Presidente do COMCAR à reunião ordinária do CMPC e disse que no momento em que Pedro Costa foi ao CMPC tirar todas as dúvidas, reivindicações, que “deitou e rolou” em cima dos Conselheiros e ninguém falou nada, é por isso que estão apanhando agora. Supôs que ele também quisesse saber o que os Conselheiros estavam esperando dele e não obteve nenhuma resposta. Propôs que Pedro Costa seja novamente convidado para comparecer na reunião do CMPC para dialogar com os atuais Conselheiros, tirar dúvidas e declarou que ela estava cheia de dúvidas. Fernando Guerreiro disse que queria tentar organizar um pouco a conversa, colocando algumas questões e dar a visão dele depois que se tornou um gestor. Considerou a sugestão de Isa Trigo a mais lúcida e disse que gostaria de sair da demanda pessoal. Disse que as solicitações individuais têm que entrar, mas dentro de uma perspectiva macro, pois da mesma forma que pode ter alguém dentro do Conselho que represente uma determinada festa, tem outras que não estão representadas na composição do CMPC e que vão ser esquecidas. Exemplificou as cobranças referentes a pagamentos de bandas, o que trata de posições muito particulares e atrapalham profundamente o avanço político. Defendeu que essas demandas têm que entrar num segundo momento depois que o macro for resolvido. Perguntou qual a questão maior que está sendo debatida quando os Conselheiros solicitam pagamentos e disse que ali não era um fórum de reivindicações particulares, mas de reivindicação geral, de mudança de política, de discussão muito mais ampla e muito mais

avançada. Assim, resumiu que quando se discute uma questão macro, as micro irão entrar na sequência. Em seguida pediu aos presentes olharem o lado dos artistas, pois sempre se pune a Prefeitura, o Governo Estadual e Federal. Relatou a sua experiência dentro da FGM e disse que a classe dos artistas é extremamente desorganizada que não consegue eleger um candidato, a classe artística não tem um vereador, um deputado, um senador eleito, nada. Considerou isso como o mais grave de tudo porque na hora que uma lei é submetida à votação não tem ninguém e avaliou isso como uma coisa gravíssima. Exemplificou a organização da paralisação dos caminhoneiros e disse que há várias categorias que quando decidem que vão parar, param, se organizam. Declarou que ali era uma possibilidade de organização. Depois afirmou que os Conselheiros esqueceram de um elemento que conhecem muito bem, que é o famoso “atravessador”, ou seja, aquele artista que se diz representante de um grupo que vai lá, pega a grana e faz o que bem entende, e isso existe em todos os bairros, em todas as festas, “à torta e à direita” e todo mundo sabe disso. Reconheceu que muitas vezes isso é legitimado e perguntou por que essa pessoa não é denunciada, combatida. Citou a incógnita de Itapuã, em que o dinheiro foi dado a um grupo que trabalha em Itapuã e ninguém conhece. Ou seja, mais de um grupo diz que realiza a festa de Itapuã, sendo que um diz que fez a festa e não recebeu dinheiro. Considerou o fato muito esquisito e perguntou como é que se trabalha a vida inteira em um bairro fazendo a festa e não se conhece quem recebeu o dinheiro, mas alertou que estava se baseando em uma coisa completamente empírica. Ratificou que existe esse elemento, e disse que inclusive um dos maiores problemas da política de editais que ele enfrenta é que esses elementos estão alucinados porque eles não estão podendo colocar o dinheiro na mão e distribuir para quem quiserem. Relatou o problema que está tendo agora com o Samba Junino é que na hora que ele fez um edital para a manifestação cultural, os elementos que todo ano pegavam a grana e davam para quem queriam ficaram sem grana, então eles estão se batendo, atordoados, porque esse dinheiro não está na mão deles. Agora foi democratizado e essas pessoas vão receber o dinheiro a partir de um concurso e assim acabou o atravessador, e ele tem que ser denunciado, visto, enxergado. Insistiu e disse que se está com uma eleição a caminho e a classe artística precisa eleger candidatos e que não iria entrar no mérito de direita e esquerda porque isso já estava embolado mais do que o suficiente. Observou que se pode mudar o Prefeito e o Governador, mas se existir uma lei que diz que o orçamento da Cultura deve ser um por cento do orçamento de cada instância, essa lei terá que ser cumprida, independente do Governador ou Prefeito gostar ou não de Cultura. Então se a classe não se organizar e trabalhar em cima de lei, vai ficar eternamente solicitando ajuda ao Prefeito e Governador e pedir que tenham sensibilidade. Propôs que se acatasse a proposta de Isa Trigo de formação de uma comissão para se iniciar um diálogo e disse ter certeza que a SALTUR vai estar aberta e declarou que o Presidente da instituição, Isaac Edington, é tranquilo em relação a isso e o diálogo poderá ser iniciado tranquilamente. Elias Pereira demonstrou apreço à discussão porque entendia a importância dela a conjunção para um efeito melhor dos trabalhos culturais da cidade. Citou o Dia da Cultura Evangélica e disse que o

segmento evangélico entende que precisa ampliar mais, a exemplo do que se entende por cultura, visto que o carro chefe é a área musical, mas existe o teatro, a dança, as artes plásticas e outros aspectos culturais e artísticos que estão inseridos. Perguntou quem realiza o evento oficial dentro da cidade de Salvador de comemoração à data citada, como acontece em outras cidades, exemplificou a cidade de São Francisco do Conde, que tem uma semana inteira de comemoração. Declarou que o segmento evangélico tem contribuído de forma decisiva nessas questões culturais. Defendeu que esse assunto deve continuar sendo amadurecido para que se possa dar um norte devido a todas essas questões apontadas. Reforçou a pergunta de quem é responsável por realizar a festividade de comemoração ao Dia da Cultura Evangélica e porque essa entidade está sendo a organizadora do evento. Pediu uma palavra de Rodrigo Cavalcanti, visto que a SALTUR parece ser realizadora. O Presidente falou que depois da fala de Rodrigo Cavalcanti seria formada a comissão para fazer a reunião com Isaac Edington e considerou importante também ter um diálogo com a SECULT, que tem um papel fundamental, mas a conversa com o COMCAR deveria ser feita em outro momento. Rodrigo Cavalcanti disse que, caso não estivesse enganado, o Festival da Cultura Evangélica é fruto de uma emenda do Deputado Federal Márcio Marinho e ele tem apoio da Prefeitura principalmente no que tange às questões de licenças, alguns itens de apoio, que não são necessariamente de patrocínio, e o evento ocorre já há alguns anos. Informou que o primeiro proponente dessa gestão foi o deputado citado através de um projeto e depois através de uma emenda para garantir recursos para a realização desse projeto. Retomou a fala de Isa Trigo sobre as marcas e explicou que as cidades em geral são pautadas por projetos culturais que são calendarizados para poder girar o Brasil todo. Citou que Salvador já recebeu eventos, como Nivea Samba, Nivea Rock, eventos do Bradesco, e nessa hora o Município é procurado para dar apoio, sendo que a marca entra em contato com a SALTUR dizendo que quer trazer para a cidade gratuitamente em praça pública determinados artistas e fazer determinado tipo de evento, sendo que nesse momento a Prefeitura não interfere muito. Utilizou a proposta de Isa Trigo de condicionar a realização do show do artista determinado pela empresa pela a realização de shows de artistas da cena local e disse que nesses casos a empresa responde que vai realizar o show em outras cidades. Relatou que ouve isso com muita frequência e declarou que o ano passado não houve show da Nivea na cidade porque a SALTUR tentou fazer esse tipo de interlocução. Disse ainda que no mercado consumidor do Nordeste, quem não vem para Salvador vai para Recife ou para Fortaleza, eles pulam muito facilmente. Relatou que a SALTUR acabou de ouvir da própria AmBev a respeito de um evento que ela queria trazer para Salvador, pediu para a Prefeitura um pacote de isenções de taxas e a Prefeitura falou que não podia isentar algumas coisas, e eles responderam que iriam para Recife fazer dois milhões de latinhas com a marca do evento e da cidade circularem, e Salvador perdeu, “um abraço e tchau”. Explicou que para eles o mercado consumidor do Nordeste é muito homogêneo, eles estão muito pouco preocupados, portanto cabe ao gestor fazer a avaliação de perder o evento proposto ou abrir uma discussão de inserção na cena local em prol de fazer um evento mais rico para a cidade, o que às vezes para a demanda da estratégia de *marketing* do

patrocinador pode não ser o que ele quer. O Presidente disse que ele e a Secretária conversaram e fizeram a proposta de extrair uma comissão de cinco pessoas para que possam marcar a reunião com a SALTUR, FGM e SECULT para poder pensar em levar propostas, visto que não adianta ir para lá tratar de assuntos específicos, como o reggae, o evangélico, mas era preciso pensar numa demanda macro para a cidade para atingir as diversas demandas que surgiram na reunião. O pleno concordou com a proposta. Isabela Silveira acrescentou que, por ser uma comissão, Conselheiros Suplentes também poderiam integrá-la, já que iriam pautar questões e que deveria se pensar na percepção que se trata de um habitat composto por diversas dimensões e que criaram uma rede colaborativa que se sustenta, senão a gestão vai fagocitar, engolir a cadeia a curto e médio prazo, sem desconsiderar os desafios da gestão, mas ela tem que entender que estruturalmente não dá para “plantar só eucalipto, que uma hora acaba a terra”. Perguntou quem se disponibilizaria a participar da comissão. O Presidente observou que muitas pessoas levantaram a mão e disse que o grande lance é que quando os gestores da FGM, SALTUR e SECULT tiverem agenda, alguns não iriam poder ir, então não adiantaria inserir essas pessoas na comissão. Propôs que a comissão se reúna antes, consiga dialogar conjuntamente com todos em uma data paralela às reuniões do Conselho para que leve um extrato disso e apresente e converse com os gestores, portanto não vai adiantar que os membros da comissão apresentem suas demandas pessoais, mas as demandas que foram discutidas em plenária seriam registradas e defendidas por quem for para a reunião. Esclareceu que talvez no dia alguém que queira muito ir não possa fazê-lo, e irá faltar, deixando outro que poderá fazer uma contribuição bacana também. Ian Mariani disse que o que surgiu na reunião foi muito a necessidade de uma representatividade da comunidade frente às políticas praticadas pela SALTUR e observou que houve uma evolução que está acontecendo a partir do Carnaval, que teve as Prefeituras-Bairros como instrumento. Assim, como o início foi encabeçado pelas Prefeituras-Bairros, avaliou que ficaria capenga sem a participação do órgão e colocou-se à disposição do Conselho. As pessoas que se disponibilizaram foram Isa Trigo, Ivam Almeida, Elias Pereira, Lucilene Santos, Daniele Canedo, Etenoel Cruz, Leonardo França e Washington Lopes. Fernando Guerreiro sugeriu que uma pessoa encabeçasse a comissão para negociar algumas coisas básicas, como a pauta da reunião e ligar para as pessoas. Daniele Canedo se disponibilizou. Rodrigo Cavalcanti sugeriu que a comissão formada fizesse uma pesquisa sobre os modelos das empresas de turismo das outras cidades semelhantes à SALTUR, como Riotur, Belotur, conhecessem seu organograma, como funcionam e os projetos que elas tocam, informações que podem ser encontrado no site de cada uma delas. Retomou a fala de Daniele Canedo sobre a Prefeitura atuar como produtora e explicou que a Prefeitura optou por ir captar patrocínio e disse que poderia ter trabalhado pelo modelo de Caderno de Encargos, mas depois descobriu que nesse caso deveria ter uma produtora como proponente, colocando a cidade totalmente fora do controle da entrega. Exemplificou o Réveillon de Copacabana no Rio de Janeiro, um dos maiores do mundo, cujo caderno de encargos determina a quantidade de banheiros químicos, montagem de palcos, sinalização de trânsitos, etc, mas a Prefeitura está pouco preocupada com

quem vai tocar, o tipo de conteúdo, e uma empresa proponente como SRCOM, que é a que normalmente faz, vai em várias portas, fecha um pacote com um valor e a Prefeitura tem zero controle sobre aquele evento. Ele afirmou que não queria dizer o que evento não seria um sucesso, mas estava em discussão produzir ou deixar que alguém produza através do caderno de encargos. Informou que Recife está mudando o modelo do seu Carnaval porque tiveram vários problemas com o caderno de encargos. Disse ainda que o pior, o que ele acha mais grave, é que os dois últimos Réveillons do Rio de Janeiro foram realizados cem por cento pela Lei Rouanet, ou seja, o dinheiro dele que está em Salvador está pagando o Réveillon do Rio de Janeiro, não é o dinheiro da iniciativa privada, que é um pouco diferente do que a Prefeitura de Salvador adotou. Declarou que essa é uma discussão que o Conselho pode fazer no futuro sobre ser produtora ou delegar a produção através de um caderno de encargos. Informou também que a empresa Dream Factory captou e produziu o Carnaval de São Paulo deste ano, o que gerou grande discussão. Inclusive a discussão sobre a cena local também existiu no Carnaval de São Paulo, que foi totalmente terceirizado através do caderno de encargos. Disse que fez essa provocação para que o Conselho possa discutir no futuro sobre esse modelo, se a Prefeitura deve ser a produtora ou deve terceirizar. No segundo caso, a Prefeitura supervisionaria o trabalho da empresa terceirizada, mas as empresas patrocinadoras por meio de encargo dizem qual artista querem que se apresente na festa. Rodrigo Cavalcanti informou que troca informações com a equipe da Riotur e de Recife, entende como eles funcionam e cada um fala dos problemas e das vantagens dos seus modelos. O Presidente retomou a fala de Rodrigo Cavalcanti, que sugeriu que a comissão estudasse outros modelos e compare com o modelo de Salvador, a fim de ver qual o melhor caminho a ser proposto. Solicitou que os Conselheiros soubessem ouvir e ressaltou que o representante da SALTUR não quis dizer que o modelo que a instituição adotou é o melhor, nem que os Conselheiros têm que dar graças a Deus porque eles fazem isso. Chamou atenção para não ter que haver réplica e tréplica, mas Rodrigo Cavalcanti havia dado a proposta para que possam ser dadas sugestões de mudanças na reunião que foi feita entre a comissão e a SALTUR. O Presidente disse que Marcos Argolo o provocou sobre o assunto do COMCAR e informou que não estava no CMPC na gestão anterior e defendeu que a reunião não deveria ser apenas com Pedro Costa. Ressaltou que o COMCAR só vai mudar se a Câmara dos Vereadores quiser que mude e isso não tem jeito. Relatou que fez parte de diversos coletivos de música que lutaram contra isso, portanto o Conselho pode provocar essa discussão na reunião, mas deve ter a presença do representante da Câmara Municipal, além disso a Comissão de Cultura da Câmara tem que entender isso. Em relação ao pagamento de artistas no Carnaval, o Presidente esclareceu que o edital do COMCAR tem duas fontes, que são a SALTUR e a Bahiatursa, portanto, se o nome do artista tiver ido para o órgão estadual, tem-se que resolver isso lá. O Presidente finalizou a reunião. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, com mandato entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019.

Salvador, 03 de julho de 2018.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



29. _____
30. _____
31. _____
32. _____
33. _____
34. _____
35. _____
36. _____
37. _____
38. _____
39. _____
40. _____